

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	20/02/2024	42cm <sup>2</sup>	Capa	

TERÇA-FEIRA ■ MACEIÓ - ALAGOAS - 20 DE FEVEREIRO DE 2024 - Nº 4.563 - R\$ 4,00

# TRIBUNA

tribunahoje.com  INDEPENDENTE

## Justiça alagoana é a pior do país, segundo estudo do CNJ

Estado é a unidade da Federação com mais problemas em processos tramitando nas varas e nas câmaras setoriais

Alagoas é o estado com maior percentual de erros em processos no Judiciário e por isso ocupa o último lugar no ranking de eficiência judicial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Um terço das ações em tramitação na justiça alagoana apresenta problemas, como falta de documentos e dados errados ou falsos. O estado tem 31,2% dos processos com erros grosseiros e prejudiciais às partes, sendo a unidade da

Federação com mais problemas em processos tramitando nas varas e nas câmaras setoriais. O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), desembargador Fernando Tourinho, reconheceu, por meio da sua assessoria de comunicação, as falhas na tramitação dos processos em julgamento, mas disse que já teria tomado providências para corrigir os erros e melhorar o desempenho negativo. **PÁGINA 7**



Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	20/02/2024	33cm <sup>2</sup>	Política	3

## *Tribunal de Justiça vai avaliar candidatos autodeclarados negros*

EDITORIA DE POLÍTICA  
COM.ASSESSORIA

Os candidatos autodeclarados negros que realizarão a prova para o Exame Nacional da Magistratura (Enam) em Alagoas já podem submeter o formulário de autodeclaração para a comissão de heteroidentificação do Judiciário alagoano.

O juiz Vinícius Araújo, presidente da comissão de heteroidentificação do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), explica que o candidato que deseje se inscrever por meio da cota já deve indicar a preferência durante o ato de inscrição.

"Após realizarem a inscrição os candidatos autodeclarados negros vão enviar o formulário e toda a documentação necessária por meio de sis-

tema próprio disponível no site do TJ/AL" explicou o magistrado.

### COMISSÃO

A comissão de heteroidentificação do TJ/AL é composta por juizes, servidores e professores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), vinculados ao Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi).

O magistrado João Paulo Martins, juiz auxiliar da Presidência do TJ/AL e membro da comissão, explica que a presença do Neabi possibilita uma melhor análise por parte da comissão.

"Nós temos professores na comissão de heteroidentificação do Tribunal. Eles são a maioria da nossa comissão e possuem a expertise em realizar esse tipo de trabalho de avaliação de autodeclaração, pois já trabalham em diversos

certames pelo país", explicou.

Também fazem parte da comissão os juizes Mário de Medeiros Rocha e Nathalia Viana, e as analistas judiciárias Miriam Alves e Carolina Amâncio.

Inicialmente, a comissão analisará a condição da autodeclaração através da foto enviada pelo candidato ou candidata. Nesta etapa, o candidato poderá ter sua autodeclaração validada ou não, ou poderá ser encaminhado para a segunda etapa.

Os candidatos cuja autodeclaração não for confirmada após verificação por foto serão convocados para averiguação de forma presencial, devendo comparecer à cidade de Maceió, em data, horário, local e demais orientações a serem divulgadas no Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	20/02/2024	84cm <sup>2</sup>	Política	7

**TRIBUNA**  
INDEPENDENTE

**BRASIL**

MACEIÓ - ALAGOAS  
TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2024

7



*Tribunal de Justiça de Alagoas admite falhas na tramitação de processos e baixo ranking junto ao CNJ, mas diz corrigir problemas*

TARDA E FALHA

# Alagoas tem pior Justiça do Brasil, segundo o CNJ

Um terço das ações analisadas apresentou problemas, como falta de documentos e dados errados ou falsos.

**RICARDO RODRIGUES**  
COLABORADOR

**E**m Alagoas, a Justiça além de lenta é falha. Não por acaso, é o estado com maior percentual de erros em processos no Judiciário. Por conta disso, ocupa o último lugar no ranking de eficiência judicial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Pelo menos, um terço do total de

ações que tramitam no Judiciário alagoano apresenta problemas, como falta de documentos e dados errados ou falsos.

De acordo com o CNJ, pelos tribunais brasileiros, quase 40 milhões de processos, ou cerca de 20% do total dos feitos que tramitaram nos últimos anos em todo o país, foram identificados com algum tipo de erro, o que aumenta a morosidade e dificulta a atuação de ser-

vidores. Alagoas tem 31,2% das ações bichadas, ou seja, estão eivadas de erros grosseiros e prejudiciais às partes.

Entre tribunais estaduais, 146,7 milhões de processos foram analisados e, 32,1 milhões apresentaram erros. Em Alagoas, segundo dados do CNJ, de 1.650.475 de litígios, pouco mais de 515 mil apresentaram problemas, o que representa 31,2% das ações

analisadas. É a unidade da Federação com mais problemas em processos tramitando nas varas e nas câmaras setoriais.

Desde 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) compila junto aos tribunais o número de demandas com problemas, chamadas de ações com inconsistências. São processos que se iniciaram nas últimas décadas e que estiveram em tramitação nesse período de análise.

“A meta do CNJ é diminuir o maior número possível de causas com algum tipo de erro, mesmo com processos que estejam arquivados. Pelos números atuais, de um montante de 195.695.520 ações, 39.790.342 tiveram erros identificados até novembro de 2023”, informou a assessoria da comunicação do Conselho.

Segundo o CNJ, o objetivo do ranking é comparar o desempenho dos Tribunais e auxiliá-los nas correções, na melhoria das informações processuais cadastradas e no atendimento às partes. “Os tribunais focam mais nas soluções dos casos mais novos e em tramite. É natural que haja uma parcela de processos mais difícil de ser corrigida”, argumentou.



Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	20/02/2024	10cm <sup>2</sup>	Brasil	7

## TJ admite falhas e adota meios de corrigi-las

Procurado para se manifestar a respeito do ranking do CNJ, que coloca Alagoas em último lugar em qualidade dos serviços judiciais, o presidente do TJ/AL, desembargador Fernando Tourinho, reconheceu, por meio da sua assessoria de comunicação, as falhas na tramitação dos processos em julgamento, mas disse que já teria tomado providências para corrigir tais erros.

"O TJ/AL informa que vem adotando medidas para evitar erros no cadastramento de processos. Entre as iniciativas, está a criação de painéis que contribuem para identificar eventuais inconsistências. É feito ainda bloqueio para que os processos não sejam cadastrados em assuntos e classes genéricas.

O Tribunal destaca também que muitos dos problemas identificados ocorrem por erro no cadastramento dos dados das partes (documentação, por exemplo), o que não depende diretamente do TJ/AL". (R.R.)